



Interpelação Parlamentar

(Políticas de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Combate à Pobreza)

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

A política em democracia é uma das mais nobres das ocupações humanas. Cabe-nos promover o bem comum, criar condições de progresso para a nossa comunidade, proteger o nosso ambiente, salvaguardar o nosso património cultural, promover a igualdade de oportunidades entre todos os homens e mulheres e proteger os mais desfavorecidos.

É para isso que aqui estamos todos nesta Assembleia. Nenhum partido ou deputado que aqui se senta possui um ideário ou um mandato diferente nesta área. Nenhum deputado deste Parlamento foi eleito ou mandatado pelos açorianos para promover a desigualdade, o preconceito, a xenofobia e a indiferença pelos mais fracos.

Eu orgulho-me disto e sei que, infelizmente, nem todos os parlamentos deste mundo se podem orgulhar desta unanimidade em torno dos ideais do humanismo e da solidariedade entre todos os homens e mulheres. Mas. Nós, todos nós, escolhemos ser o que felizmente somos: ilhas de um império de fraternidade à imagem e semelhança do Povo Açoriano.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

É claro que os que aqui se sentam têm estratégias diferentes para alcançar esses objetivos. Têm políticas diferentes, estratégias e prioridades diferentes. Mas isso não é um problema. Isso é o segredo do sucesso da democracia: a dinâmica irresistível do debate e do contraditório. A riqueza do pluralismo e da participação. Por isso, nenhum outro sistema político inventado pela humanidade teve tanto sucesso na promoção do progresso e da igualdade.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Esta interpelação parlamentar foi solicitada no âmbito do espírito do que acabei de escrever anteriormente. Não se trata de levantar um problema incómodo para todos e, por maioria de razão, para quem governa. Trata-se, tão-somente, de um esforço para unir consciências e vontades. Não é o primeiro, nem será o melhor. Mas é certamente oportuno e necessário.

Reuni, para este debate, uma bateria infindável de números e estatísticas que provam o aumento da pobreza e das situações de miséria no nosso país e na nossa Região. Mas, no momento em que escrevo este discurso, desisto. Desisto da linguagem fria e impessoal dos números. Prefiro os rostos expressivos dos que sofrem este flagelo. Os rostos de um número crescente de idosos açorianos que sofrem, com vergonha e resignação, um empobrecimento



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

crescente. Nesses rostos, com vozes que já não protestam, ouvem-se dificuldades e aflições. Ouvem-se sacrifícios que não deveriam ser pedidos e a desilusão que sucede para além da idade da ilusão. Eles são os primeiros, quando deviam ser os últimos, a ser tocados por esta ou qualquer outra crise.

Que injustiça! Que ingratidão! Que vergonha! Temos de cerrar fileiras para os proteger. Que nenhum idoso, que nenhum pai, mãe, avó ou avô fique sozinho quando deve estar acompanhado. Que não lhe falte nenhum medicamento. Que não lhe falte uma cama e uma mão amiga. Que não lhe falte carinho e afeto.

E não me falem do dinheiro que falta. Esgravatem no último cais de cruzeiros ou na última promoção turística. Governar é uma questão de prioridades e as nossas prioridades têm de ser as pessoas. O betão e os negócios têm de vir depois, muito depois. O nosso melhor cartaz turístico terá de ser, sempre, a dignidade e a felicidade das nossas gentes. Temos de apostar em milhões de sorrisos para captar a atenção de milhares de visitantes. Essa terá de ser a nossa política. Essa terá de ser a nossa ambição.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Regresso aos rostos, que não aos números. Aos rostos das nossas crianças e dos nossos jovens. São os rostos luminosos de quem tem ainda uma



vida para viver e sonhos por sonhar. Esta crise é o seu presente, mas não pode ser o seu futuro.

Temos de garantir que as nossas escolas terão a capacidade de oferecer refeições aos mais carenciados. Temos de garantir que ninguém, absolutamente ninguém, assiste às aulas sem ter tomado as refeições necessárias. Estômagos vazios não aprendem. Estômagos vazios não querem aprender.

Ao lado do dinheiro que não pode faltar para as nossas escolas e para os nossos alunos, temos de pedir, nestes tempos de desânimo, um esforço redobrado a todos os professores. Ninguém deve ficar para trás. Repita-se mil vezes. Incentive-se e motive-se um milhão de vezes, mas não se deixe nenhum jovem aquém do conhecimento.

A educação tem de ser a prioridade das prioridades nestes tempos de crise. Nenhum outro serviço público é tão decisivo no combate ao ciclo da pobreza e na promoção da igualdade de oportunidades. A escola pública rompeu, muitas vezes, o Rubicão da pobreza. Graças a ela, muitos filhos de gente pobre deixaram de o ser.

Temos, por isso, o dever de assegurar que as nossas escolas continuarão a ser locais de oportunidades e verdadeiros templos da promoção da igualdade de oportunidades. Não podem, por isso, faltar manuais escolares para todos. Não podem faltar apoios pedagógicos para aqueles que enfrentam mais dificuldades ou que, simplesmente, não possuem o apoio familiar adequado. A



prioridade, nestes tempos, deve ser os alunos. A prioridade deve ser os nossos filhos.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Existem agora rostos nas nossas ilhas que são destes tempos e que não recordamos de outros tempos. Falo de rostos, cada vez mais rostos, que ultrapassaram a vergonha e pedem pelas ruas e pelas casas a nossa solidariedade.

É algo que cresce todos os dias e se instala, lentamente, nas nossas consciências e no relento do nosso quotidiano. Outras regiões e cidades do nosso país já sucumbiram a esta indiferença. Aqui, nos Açores, ainda vamos a tempo de evitar que a rendição de uns poucos constitua a capitulação de todos os outros.

Outros rostos ainda lutam, mas enfrentam dificuldades cada vez mais insuperáveis. Falo dos desempregados e de famílias inteiras destruídas pelo efeito conjugado do aumento da carga fiscal e da redução dos salários. Falo das pessoas com deficiência. Falo das famílias monoparentais que viram os seus rendimentos reduzidos abruptamente. Falo dos trabalhadores precários.



Falo, enfim, de uma classe média destruída por uma pressão fiscal para além de toda a racionalidade e de toda a esperança. Também aqui é necessário que o Governo desenvolva as políticas adequadas para fomentar o emprego e reduzir a pressão fiscal sobre aqueles que estão à beira de cair em situações de pobreza.

Mas sejamos justos. Nenhum Governo do mundo – e não isento o nosso de muitos erros de percurso e de uma persistente má definição de prioridades – consegue derrotar sozinho, nas presentes e dramáticas circunstâncias, a pobreza e a indiferença que lhe está associada. É necessário o contributo de todos os agentes económicos, das instituições de solidariedade social e de todos e cada um dos cidadãos.

Temos de derrotar o discurso instalado que atribui todas as culpas e todas as responsabilidades aos políticos e só aos políticos. Estes, sem dúvida, falharam em muitas áreas e possuem a sua quota-parte de responsabilidade. Mas a verdade é que as responsabilidades são muitas mais vastas e repartidas por muitos mais protagonistas.

Pertencem também aos maus gestores e aos maus empresários. Às famílias que se endividaram para além do razoável e ao conformismo de tantos. Ao eleitor que premiou a dívida e a obra feita e também ao que se isentou de participar na vida cívica.

A responsabilidade pelo atual estado de coisas é muito mais vasta do que a visão simplista e fácil que se instalou em muitos sectores. Na mesma medida,



o combate à pobreza tem de ter outros protagonistas que não apenas os políticos. Todas as instituições e todos os cidadãos têm o dever de dar o seu contributo. Temos, em definitivo, de agir juntos para ultrapassar as atuais dificuldades.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Termino esta intervenção deixando aqui algumas sugestões, de carácter prático, para combater a pobreza e promover a igualdade de oportunidades (que se somam às que referenciei ao longo deste texto).

Eu sei que alguns aqui pensam que tudo isto só se resolverá quando o sistema financeiro internacional for regulado e a União Europeia decidir atacar, a sério e sem contempações, a crise da Zona Euro. Existe sempre gente pronta a olhar o cosmos sem se deter nos simples problemas terrenos. Não é o meu caso. Por isso - e enquanto não ocorrem as grandes alterações da conjuntura internacional – proponho que se faça o seguinte.

Que se criem de programas eficazes de formação profissional, estágios ou programas de ocupação de jovens desempregados em explorações agropecuárias onde estes possam aprender competências laborais e ajudar com as suas competências à modernização do sector.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Que se adequem, de forma eficaz, a formação a desempregados ao mercado de trabalho local e incentivar a aquisição de competências tecnológicas.

Que se incentive a participação do sector privado no programa de luta contra a pobreza e a desigualdade social, nomeadamente através do apoio dos privados a iniciativas de carácter social.

Que se estabeleça de uma política de proximidade através das juntas de freguesia. As juntas de freguesia são os órgãos políticos mais próximos dos cidadãos e devem ser elas a primeira linha da frente no combate à pobreza e à exclusão social.

Que se reforce a articulação, através de um organismo do governo regional, das diversas instituições de solidariedade social (paróquias, juntas de freguesia, ONGs e IPSS) de forma a rentabilizar os recursos existentes e a evitar o desperdício de fundos.

Que se proceda à abertura das cantinas escolares durante os fim-de-semana e férias escolares para que as crianças mais desfavorecidas tenham direito a, pelo menos, uma refeição equilibrada por dia.

Que se crie um programa de bolsas de mérito desde o 1º ciclo até ao Ensino Superior, especialmente destinado a crianças socialmente desfavorecidas e que desta forma possam ser incentivadas a prosseguir os seus estudos e a obter bons resultados.



Finalmente, que se promova a criação de uma rede de excedentes através da colaboração entre a administração local e entidades do sector alimentar como supermercados, mercearias, restaurantes e pastelarias de forma a organizar uma rede de excedentes alimentares. Todos os produtos disponibilizados por estas entidades serão, posteriormente, distribuídos por famílias carenciadas de forma a ajudar a suprir as necessidades alimentares. É importante inculcar na sociedade que a pobreza é um problema de todos e que todos podem e devem ajudar.

Termino, Sr. Presidente e Srs. Deputados. As situações de pobreza estão a aumentar de forma inaceitável na nossa Região. Temos de articular um plano de emergência para atacar de forma eficaz o problema. Temos de afetar mais recursos ao problema e adiar investimentos em prol dos mais desfavorecidos. Não estamos a fazer tudo o que é possível fazer. Temos a obrigação e os recursos para fazer muito mais.

Disse!

O Deputado

Paulo Estêvão